

# RETOMADA DA REVOLUÇÃO NACIONAL E NOVO DESENVOLVIMENTISMO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Capítulo 20 de *Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: editora 34, 2003, 5ª. Edição atualizada.

Para que este novo pacto político que está surgindo seja realmente popular e nacional a adoção de um novo desenvolvimentismo e de um nacionalismo moderno ou do patriotismo será essencial. A palavra ‘nacionalismo’ foi prejudicada por radicalizações fascistas, que foram muito além do objetivo que lhe é próprio de afirmação do estado nacional, mas mesmo assim continuarei a usá-la como sinônimo de uma expressão menos controversa: o patriotismo. O nacionalismo é a forma através da qual as sociedades modernas se auto-definem como nação, e, a partir daí, esperam que seus governos, nas relações com os demais países, defendam o trabalho e o capital nacionais. É a ideologia através da qual uma nação ou um conjunto de nações legitima a formação de um Estado-nação; é a prática da defesa do interesse nacional usando como ferramenta as instituições e a organização do estado nacional. É impossível entender o comportamento dos países democráticos modernos se não considerarmos neles um forte componente nacionalista.

O nacionalismo moderno adota um conceito amplo de nação, que tem caráter antes histórico e político. Mesmo países ou estados-nação como a França, apesar de sua aparente homogeneidade, não têm a unidade étnica e cultural que um conceito restrito de nação pressupõe. Existe uma nação brasileira, porque os brasileiros assim se auto-definem, embora aqui não exista unidade étnica, mas multiplicidade e miscigenação. Nos termos propostos por Benedict Anderson, nação é “uma comunidade política imaginada” – imaginada pelos seus membros como sendo soberana. É uma comunidade política limitada

aos seus cidadãos.<sup>1</sup> Nestes termos, a cada nação corresponde um estado-nação, desde que acrescentemos à definição o território sobre o qual se exerce a soberania. Cada estado-nação ou país, por sua vez, é constituído por uma nação (ou por uma sociedade civil, se dermos mais ênfase ao aspecto político do que ao cultural), por um Estado, compreendido em sua dupla dimensão – de organização e de sistema institucional constitucional –, e por um governo formado pelos políticos e burocratas que dirigem o aparelho do Estado. O nacionalismo é a expressão ideológica da nação, é o conjunto de valores e crenças através dos quais a comunidade nacional se auto-define, distingue-se das demais, e afirma interesses comuns.

Os estados nacionais e o nacionalismo surgem com o capitalismo. Enquanto a Revolução Capitalista consolidava o sistema moderno de mercado, a Revolução Nacional constituía os estados-nação modernos. A primeira implicou na definição de um sistema monetário próprio e um mercado interno com regras homogêneas para a circulação de mercadorias; a segunda, em um sistema jurídico, um sistema de defesa do território, e o sentimento patriótico ou nacionalista de defesa de interesses comuns cruzando as classes sociais. Enquanto o liberalismo é a ideologia por excelência do capitalismo, o nacionalismo é a ideologia do estado nacional. Como para o liberal clássico o papel fundamental do Estado é defender a liberdade, para o nacionalista esse papel é o de defender o capital e o trabalho nacionais.

Estas definições de nação e nacionalismo são válidas tanto para os países de desenvolvimento intermediário, como o Brasil, como para os países ricos. Nestes, entretanto, embora já venha se constituindo uma ampla literatura que trata o tema de forma científica, a palavra nacionalismo é vulgarmente usada em termos pejorativos, indicando uma ideologia anti-estrangeira de caráter autoritário, ou fundamentalista.<sup>2</sup> A identificação com o próprio país seria preferivelmente chamada de “patriotismo”, de amor à pátria – uma expressão supostamente mais neutra. Na verdade, existe nesses países um forte sentimento nacionalista, tão forte que a expressão nacionalismo torna-se relativamente supérflua para eles, porque não tem poder discriminatório na medida em que todos estão de acordo que é dever primordial de seus governos defender o interesse nacional.

---

<sup>1</sup> A análise histórica que Anderson apresenta do nacionalismo é fascinante e reveladora. Anderson, 1983: 91.

<sup>2</sup> - Uma excelente resenha dessa literatura encontra-se em Özkirimli, 2000.

No Brasil, como país em desenvolvimento, a situação é diferente. Dado o caráter dependente ou subordinado de nossa cultura, dada a construção incompleta do estado-nação, muitos não reconhecem o critério do interesse nacional, ou supõem estar esse interesse automaticamente identificado com os interesses dos países ricos. Quando é assim, não há outra alternativa senão distinguir os nacionalistas dos entreguistas ou colonialistas que, ao negarem a relevância do estado nacional, são também globalistas. Em contrapartida, existem aqui aqueles que, inseguros de sua afirmação nacional, confirmam a concepção vulgar de nacionalismo adotada nos países ricos ao identificarem-no com um sentimento anti-estrangeiro, e ao proporem que o país se proteja do sistema internacional fechando-se o mais possível dentro de si mesmo. Esse é o velho nacionalismo, que se justificava quando o país dava os primeiros passos no sentido de consolidar sua independência com uma economia industrial capitalista, mas que hoje perdeu qualquer sentido. Como, entretanto, continua a existir em certas parcelas da população e das elites brasileiras, torna-se também necessário distingui-lo do nacionalismo moderno.

O globalismo e o colonialismo, assim como o velho nacionalismo, poderiam ser ignorados se no Brasil, como nos demais países em desenvolvimento, seus cidadãos estivessem seguros de si mesmos. Se tivessem a tranquilidade de rejeitar as pressões que nos vêm do exterior e examinar os conselhos e sugestões, aceitando os bons e recusando os inadequados. Em outras palavras, se não existisse o complexo de inferioridade colonial. Se não houvesse aqui ou uma rejeição generalizada às recomendações externas ou sua aceitação geral. Estas condições, porém, ainda não existem. A atitude subordinada, que dá origem tanto ao colonialismo, que se subordina ao estrangeiro, e ao globalismo, que nega a possibilidade de afirmação nacional, quanto ao velho nacionalismo, está amplamente difundida, baseando-se em um fato real – a nossa inferioridade relativa no plano material e cultural. Assim, enquanto um grupo ainda numeroso traduz sua inferioridade na recusa do contato ou da negociação com os países ricos, outro grupo concorda de forma acrítica com a mensagem globalista dos países ricos, e adota a atitude colonialista de aceitar acriticamente seus conselhos e sugestões a fim de “construir confiança”.

Nossa inferioridade relativa agravou-se nos últimos 20 anos, de um lado, em razão da crise a que nos levaram as políticas protecionistas ligadas ao velho conceito nacionalismo, e, de outro, às políticas neoliberais globalistas que nos são sugeridas ou impostas, muitas das quais não atendem nossos interesses ou necessidades. Dessa forma,

as nossas deficiências de boa governança, que são inerentes ao nosso estágio de desenvolvimento econômico e político, somam-se às forças contraditórias mas igualmente negativas do colonialismo e do velho nacionalismo, tornando triplamente difícil a definição de políticas públicas que defendam o interesse nacional e promovam o desenvolvimento do país.

A alternativa nacionalista é a alternativa que defende a integração do Brasil no mercado mundial, mas busca a redução não apenas da dívida pública do Estado, mas também da dívida externa do país para que este fique menos vulnerável às crises financeiras internacionais. É a alternativa dos que defendem o aumento da capacidade do governo e do Estado para regular a economia e corrigir as falhas do mercado. É a alternativa dos que querem um Estado forte no plano financeiro e administrativo, e um governo competente e dotado de legitimidade política, de forma que o Estado possa garantir não apenas a propriedade e os contratos, mas também que o governo seja capaz de adotar as políticas comerciais e industriais necessárias ao desenvolvimento econômico e à redução das desigualdades sociais.

As ideologias estão constantemente mudando, adaptando-se às novas realidades e aos novos interesses. No Brasil os liberais eram progressistas e nacionalistas no século passado; tornaram-se conservadores quando surgiu a ameaça comunista; entraram em crise com a grande depressão dos anos 30; assumiram nos anos 60 a denominação “neoliberal” (novos liberais) para indicar que haviam se adaptado às “novas realidades” e que aceitavam um certo grau de intervenção do Estado. Entretanto, quando o desenvolvimentismo e o Estado do Bem-Estar entraram em crise, no final dos anos 70, aproveitaram a onda conservadora para radicalizarem seu liberalismo e seu globalismo, dando à expressão um novo sentido. Enquanto os neoliberais dos anos 60 eram liberais moderados, que haviam abandonado a tese ortodoxa do Estado mínimo, os neoliberais dos anos 80 e 90 são ultraliberais.

Os defensores do papel ativo do Estado, por sua vez, fossem eles moderados (social-democratas) ou radicais (estatistas, comunistas e integralistas), eram, nos anos 30, nacionalistas e desenvolvimentistas. Entre os anos 30 e 50 suas posições faziam sentido, na medida em que o liberalismo levava a economia mundial ao colapso. Entretanto, dados os excessos de intervenção e as inevitáveis distorções econômicas e políticas, suas alas mais extremadas entraram em colapso uma após a outra: o integralismo ainda nos anos 40,

o comunismo a partir dos anos 60, o autoritarismo militar nos anos 80. Em um trabalho anterior expliquei esta mudança com a teoria de que a intervenção do Estado na economia é cíclica. O Estado aumentara excessivamente e de forma distorcida sua intervenção. Em consequência, sobreveio a crise do *welfare state* nos países desenvolvidos e do nacional-desenvolvimentismo nos países em desenvolvimento, abrindo-se espaço para uma violenta onda ideológica ultraliberal.

Com a grande crise dos anos 80 e o colapso do regime militar, o velho nacional-desenvolvimentismo perdeu legitimidade política, mas o fracasso do neoliberalismo em substituí-lo mostrou com clareza a necessidade de um novo desenvolvimentismo. Por outro lado, no seio da esquerda tradicional, o velho nacionalismo ainda sobrevive, associado à ideologia populista e protecionista. Nos países ricos, uma parte da esquerda social-democrata, percebendo que era necessário reformar o Estado e realizar reformas orientadas para o mercado, irá se constituir no que tenho chamado de nova esquerda social-democrata ou social-liberal, e que na Grã-Bretanha recebeu o nome de terceira via.<sup>3</sup> Nos países em desenvolvimento faz menos sentido falar em terceira via, a não ser que se entenda por ela uma esquerda renovada, moderna, social-democrata ou social-liberal. Uma nova esquerda que defenda com firmeza um novo desenvolvimentismo, ou seja, uma teoria econômica e uma proposta de política econômica voltada para o desenvolvimento econômico. Uma proposta que não sofra dos vícios da frouxidão fiscal (populismo fiscal) e da frouxidão cambial (populismo cambial), mas que afirme a necessidade de uma intervenção firme do Estado para sanar parcialmente as falhas do mercado. Uma proposta que esteja comprometida com o equilíbrio fiscal e o fortalecimento do Estado, inclusive porque só Estados fortes podem garantir mercados fortes. Uma proposta que esteja voltada para os interesses dos mais pobres e para o interesse nacional.

Em 1987, quando assumi o Ministério da Fazenda, vendo a crise do Estado brasileiro, tinha muito claro para mim a necessidade de uma perspectiva novo-desenvolvimentista. O novo desenvolvimentismo que então adotei, embora sem ainda usar essa expressão, assemelhava-se ao primeiro porque considerava que a principal função da teoria econômica é explicar o processo de desenvolvimento econômico, e da política econômica, promover esse desenvolvimento. Porque entendia que, nesse processo, o

---

<sup>3</sup> Ver Bresser-Pereira, 1998.

pressuposto neoclássico de que os mercados, desde que deixados livres, se encarregam desse desenvolvimento é falso, embora o mercado seja um alocador de recursos razoavelmente eficiente. Porque continuava a atribuir um papel decisivo ao Estado no processo de desenvolvimento. E porque, diante da crise do Estado que então diagnosticou, propunha, ao invés de reduzi-lo, reconstruí-lo, tornando-o mais forte, mais capaz no plano político, administrativo e financeiro. Por todas essas razões, o nome que mais se aplicava às teorias e políticas econômicas que procurava desenvolver, embora também pudessem ser chamadas de estruturalistas, eram tipicamente desenvolvimentistas.

Entretanto, as novas idéias distinguiram-se do velho desenvolvimentismo, que havia se tornado populista, porque eu recusava a indisciplina fiscal e o protecionismo. A irresponsabilidade fiscal foi a principal doença do desenvolvimentismo, enquanto que o protecionismo era uma característica essencial e legítima enquanto a indústria nacional era infante, mas deixava de sê-lo quando se tornava madura, e passava a poder se beneficiar da competição internacional.

Lutei por essas idéias no Ministério da Fazenda, e perdi. O país não estava maduro para elas. No final dos primeiros três meses, quase fui expulso do partido por parlamentares populistas que se indignavam com minha determinação de alcançar o equilíbrio fiscal. No final de sete meses e meio, eu próprio decidi demitir-me porque o governo e a sociedade não davam o necessário apoio ao ajuste.

Desde o final dos anos 80 a sociedade brasileira começou a se dar conta da necessidade do ajuste fiscal e da abertura comercial. Recebi essas mudanças com alegria, mas, um pouco mais tarde, com a eleição de Fernando Collor, vi, com desalento, que o país, sob a influência da onda neoliberal que tomara o mundo desde o final dos anos 70, afinal se deixara vencer. Ao invés da mudança controlada do desenvolvimentismo para o novo desenvolvimentismo, o que vi foi uma guinada de 180 graus na política econômica. Agora o mercado passava a ter a última palavra em tudo. Reformas necessárias, como a comercial e a privatização de setores competitivos, eram agora desnecessariamente radicalizadas. O Estado não tinha mais papel no desenvolvimento, a não ser garantir a propriedade e os contratos. A distinção entre empresa nacional e estrangeira desaparecera: todas mereciam tratamento igual, inclusive financiamentos do BNDES.

À perda do sentimento nacionalista, juntava-se agora a política do *confidence building*, a busca de credibilidade no exterior, mesmo que à custa dos fundamentos macroeconômicos e do interesse nacional. O país aceitava agora os conceitos de Washington e de Nova York sem discutir, sem pestanejar. Ao primeiro Consenso de Washington seguiu-se o segundo, muito mais desestruturador da economia nacional. O país, além de aprofundar as reformas previstas no primeiro consenso, deveria abrir sua conta de capitais para poder receber poupança externa. Sem esta poupança, ou seja, sem déficit em conta corrente, seria impossível o desenvolvimento. Não importa que o país já estivesse já excessivamente endividado e que poupança externa significasse mais endividamento. Não importa que a taxa de câmbio se estabelecesse em um nível valorizado. Isto ajudava a combater a inflação. Não importa que a taxa de juros compatível com o câmbio valorizado inviabilizasse o investimento e agravasse o déficit público. Não importa que, permanecesse com a economia quase-estagnada. Não importa que o câmbio valorizado aumentasse artificialmente os salários e o consumo, de forma que a entrada de poupança externa era compensada com diminuição da poupança interna. Não agravava o déficit primário, e também ajudava a combater a inflação. Em compensação estávamos sendo disciplinados, e assim ganhando credibilidade internacional. Credibilidade, no entanto, que se evaporaria duas vezes, a primeira em 1998, a segunda em 2002, quando os credores suspenderam a rolagem da dívida brasileira.

No primeiro mundo, porém, a onda neoliberal começou a perder força desde meados dos anos 90. O pêndulo cíclico começava a voltar para uma posição mais equilibrada. A direita neoliberal, que até há pouco adotava uma atitude triunfal, entrou em declínio nos países desenvolvidos. A derrota de Thatcher na Grã-Bretanha e do “Contrato para a América” nos Estados Unidos marcaram a virada, que se fez notar imediatamente nas posições mais moderadas adotadas pelo Banco Mundial.<sup>4</sup> Entretanto, os neoliberais ainda se sustentam devido ao êxito da economia americana nesta última década, a partir do fato que o modelo anglo-saxão de desenvolvimento é mais orientado para o mercado do que o europeu.

---

<sup>4</sup> - “Contrato para a América” foi a proposta neoliberal de Newt Gingrich, que, com a vitória nas eleições parlamentares de 1994, se tornou líder do Partido Republicano e presidente da Câmara dos Deputados. A derrota de Bob Dole nas eleições presidenciais de 1996, e a reeleição de Bill Clinton, foi em grande parte atribuída ao radicalismo de Gingrich, que, em consequência, perdeu a liderança republicana.

Diante da onda neoliberal, e da sua aceitação acrítica pelas elites brasileiras, a velha esquerda nacionalista passou a afirmar que a globalização era o fato novo que impedia a autonomia do estado nacional. Esta é uma atitude suicida na medida em que nos deixa sem alternativas reais de políticas econômicas e sociais. Ao contrário do que afirma o globalismo neoliberal e a esquerda tradicional nacionalista, existe, no sistema global em formação, um espaço de liberdade para decisões dos governos em matéria de políticas públicas e de defesa do interesse nacional.

A globalização é a competição generalizada entre os países através de suas respectivas empresas. Por isso, com a globalização o Estado pode haver-se tornado mais interdependente, mas, em compensação, tornou-se mais estratégico. Apesar de a globalização, enquanto fenômeno real (que deve ser claramente distinguida da ideologia globalista), ter levado os estados nacionais a se tornarem mais interdependentes, eles não se tornaram menores, e seus governos não são hoje menos, mas mais estratégicos. A defesa que os governos dos países ricos fazem de seus interesses nacionais nunca esteve mais viva do que hoje. As sociedades nos países desenvolvidos têm isto bem claro para elas próprias. Por isso exigem que seus governos defendam seus interesses nacionais. Por isso não estão dispostos a verem suas empresas e seus bancos serem desnacionalizados de forma vexatória, como aconteceu ao Brasil nesta década. Por isso elas distinguem com clareza suas empresas, seu capital e seu trabalho nacionais, do capital e do trabalho estrangeiros. Os franceses defendem suas empresas, os alemães defendem suas empresas, os ingleses defendem suas empresas, os italianos defendem suas empresas, e até os americanos, que em princípio não precisariam, defendem suas empresas. Não impedem sistematicamente que estrangeiros as comprem, mas tanto compram quanto vendem, e certamente não estimulam a desnacionalização. Alguns tipos de empresa de caráter mais estratégico, como bancos, serviços públicos, e órgãos de imprensa, são na prática, senão formalmente, reservados a nacionais.

O globalista ou entreguista afirma a própria incapacidade do país, e espera a orientação e o apoio dos países ricos. Os velhos nacionalistas, no pólo oposto, também reconhecem a superioridade dos países ricos, mas entendem que os interesses desses países seriam sistematicamente contrários aos nossos. Os jogos entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos teria soma zero: quando um ganha o outro perde. Logo, seria preciso ser contra o estrangeiro, contra as empresas multinacionais, contra as

agências multilaterais. Seria necessário uma atitude geral “anti”. Mais do que isto, já que o pressuposto é o de que, quando negociamos, sempre perdermos seria conveniente que o país se fechasse o mais possível em relação ao exterior.

Nos países desenvolvidos a ideologia do “globalismo” – ou seja, de que o estado-nação perdeu relevância política no plano internacional – é apenas uma ideologia para uso externo. O nacionalismo é uma constante. No Brasil é preciso que sejamos tão nacionalistas quanto são os americanos, os franceses, ou os ingleses. É preciso que exijamos que o governo defenda os interesses do capital e do trabalho nacionais. E que adote políticas econômicas que se enquadrem no novo desenvolvimentismo, ao invés de reproduzirem modelos e idéias neoclássicas.

O novo nacionalismo e o novo desenvolvimentismo admitem a superioridade econômica e tecnológica dos países desenvolvidos, mas não a sobreestima. Admite que eles tenham instituições melhores do que as nossas, mas não as copia servilmente, inclusive porque entre eles os modelos variam. Concorde quanto à necessidade de construção de nossa identidade nacional, mas nega que nossos interesses sejam sempre conflitantes com os do exterior. Recusa a idéia globalista de que os países ricos saibam melhor do que nós quais as políticas que devemos adotar, como recusa o pressuposto nacionalista de que não temos condições de negociar. O novo desenvolvimentismo é a teoria e a política que colocam o desenvolvimento nacional como objetivo central; nacionalismo é a política do interesse nacional; é a ideologia que afirma que nossos interesses nacionais são com freqüência coincidentes com os dos demais países, mas em certos casos, contraditórios. Que não há o pressuposto de que, quando negociamos, sempre perdermos razão para se ter uma atitude genérica a favor ou contra o estrangeiro, mas, sim, para verificar qual é o interesse nacional envolvido em cada caso, e negociar a partir daí.

Nossa história nacional não tem sido uma história de defesa consistente do interesse nacional. Pelo contrário, temos muitas vezes esquecido ou traído este critério. O complexo de inferioridade colonial pesa sobre nossas elites e as leva ou a um globalismo alienado, ou a um nacionalismo retrógrado. Por outro lado, a incapacidade de definirmos teorias econômicas adaptadas à nossa realidade tem nos levado a aceitar modelos neoclássicos e neoliberais incompetentes, ao invés de formularmos cada vez melhor uma teoria e uma política econômica novo-desenvolvimentista. A onda neoliberal, porém, já está em declínio, e o número de anomalias que se acumulam em relação ao modelo

neoclássico e monetarista explicam porque grande parte do trabalho dos economistas ou é irrelevante, ou mera aplicação de ideologias. Existe, portanto, um espaço para que o novo nacionalismo e o novo desenvolvimentismo voltem a orientar a política econômica e a reforma institucional no Brasil. Para que a Revolução Nacional Brasileira seja retomada.

## REFERÊNCIAS

- Abranches, Sérgio H. (1978) *The Divided Leviathan*. Ithaca, Cornell University, tese de doutorado não-publicada.
- Abrucio, Fernando (1998) *Os Barões da Federação*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Alesina, Alberto e Dani Rodrik (1994) "Distributive Politics and Economic Growth". *Quarterly Journal of Economics*, 108(2), maio 1994: 465-90.
- Amsden, Alice H. (1989) *Asia'S Next Giant*. Nova York: Oxford University Press.
- Anderson, Benedict (1983) *Imagined Communities*. Londres: Verso, segunda edição, 1991 (primeira edição, 1983).
- Arida, Pêrsio (1983) "Neutralizar a Inflação, uma Idéia Promissora". *Economia e Perspectiva* (Boletim do Conselho Regional de Economia de São Paulo), julho 1983.
- Arida, Pêrsio (1985) "Déficit, Dívida e Ajustamento: uma Nota sobre o Caso Brasileiro". *Revista de Economia Política*, vol.5, no.4, outubro 1985.
- Arida, Pêrsio e André L. Resende (1984) "Inertial Inflation and Monetary Reform". In John Williamson, org. (1985) *Inflation and Indexation: Argentina, Brazil and Israel*. Washington: Institute for International Economics. Originalmente apresentado em seminário em Washington, novembro 1984.
- Bacha, Edmar L. (1973) "Sobre a Dinâmica de Crescimento da Economia Industrial Subdesenvolvida". *Pesquisa e Planejamento Econômico* 3(4) dezembro, 1973.
- Bacha, Edmar L. (1988) "Latin America's Debt Crisis and Structural Adjustment: the Role of the World Bank". Rio de Janeiro: PUC, Texto para Discussão no. 198, julho 1988.
- Bacha, Edmar L. e John B. Taylor (1980) *Models of Growth and Distribution for Brazil*. Washington: World Bank.

- Baer, Werner e Andréa Maneschi (1969) “Substituição de Importações, Estagnação e Mudança Estrutural”. *Revista Brasileira de Economia*, 23(1) março de 1969.
- Ball, Laurence (2000) “Policy Rules and External Shocks”, NBER Working Paper 7910, September 2000, <http://www.nber.org/papers/w7910>.
- Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre (1933) *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo: Edições Unitas.
- Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre (1963) *Desde Quando Somos Nacionalistas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre (1973) *Japão: O Capital se Faz em Casa*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Barreto, Tobias (1962) “Um Discurso em Mangas de Camisa” em *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- Barroso, Geonísio (1958) *Ação da Petrobrás no Recôncavo Baiano*, São Paulo, Fórum Roberto Simonsen.
- Beltrão, Hélio (1984) *Descentralização e Liberdade*. Rio de Janeiro: Record.
- Boitempo, Hélio César (1988) "Transferências Externas e Financiamento do governo Federal e Autoridades Monetárias", em *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol.18, no.1, abril 1988.
- Bomfim, Manoel (1905) *A América Latina*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. Primeira edição, 1905
- Bonelli, Regis e Renato Fonseca (1998) “Ganhos de Produtividade e de Eficiência: Novos Resultados para a Economia Brasileira”. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão nº.557.
- Bosanquet, Nick (1983) *After the New Right*. London: Heinemann.
- Boschi, Renato (1979) *Elites Industriais e Democracia*, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Bouzan, Ary (1963 ou 1964???) *Problemas Atuais da Economia Brasileira*, Fundação Getúlio Vargas. EAESP, 1964, São Paulo, mimeo.
- Bracher, Fernão Carlos Botelho (1988) "Relatório Reservado". Relatório apresentado ao novo Ministro da Fazenda do Brasil, em 3 de janeiro de 1988, no momento em que

- deixava o cargo de Negociador Especial da Dívida Externa brasileira. Em *Revista de Economia Política*, vol.8, no.4, outubro 1988 (Seção *Documentos*).
- Bracher, Fernão Carlos Botelho (2003) "O Câmbio Flutuante". *O Estado de S. Paulo*, 30 de abril de 2003.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1964a) "Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas". *Revista de Administração de Empresas*, no. 11, junho, 1964. 83-106
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1964b) "Problemas da Agricultura Brasileira e Suas Causas". *Journal of Inter-American Studies* 6(1), janeiro 1964: 43-55.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1970) "Dividir ou Multiplicar: A Distribuição de Renda e a Recuperação da Economia Brasileira". *Visão*, dezembro 1970: 114-123.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1972) "A Emergência da Tecnoburocracia". In Bresser-Pereira (1972a) *Tecnoburocracia e Contestação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. Republicado em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981: 17-119.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1973) "O Novo Modelo de Desenvolvimento". *Dados*, n.11, 1973: 122-145.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1974a) "Três Hipóteses sobre o início da Industrialização Brasileira e a Economia Cafeeira". In Bresser-Pereira, 1974b: 210-212.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1974b) *Empresários e Administradores no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1975) "A Economia do Subdesenvolvimento Industrializado". *Estudos CEBRAP* n°.14, outubro 1975: 35-77. Reproduzido em *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1977).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1977) *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1978a) *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1978b) "Os Desequilíbrios da Economia Brasileira e o Excedente". *Estudos Econômicos*, 8(3) setembro 1978: 111-124.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1980) "As Contradições da Inflação Brasileira". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº.21, março 1980. Reproduzido em Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano, *Inflação e Recessão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984: 105-131.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1981a) "A Inflação no Capitalismo de Estado (e a experiência brasileira recente)". *Revista de Economia Política*, 1(2), abril 1981: 3-42.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1981b) "Pacto Social Ameaçado". *Folha de S. Paulo*, 26 de março de 1981.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1981c) "Pacto Social e Aliança Política", em *Leia Livros*, n.º 36, junho-julho.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1981d) *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1981e) "A Inflação no Capitalismo de Estado (e a Experiência Brasileira Recente)". *Revista de Economia Política*, 1(2) abril 1981: 3-42.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1982) "Seis Interpretações sobre o Brasil". *Dados* 25(3), 1982: 269-306. Republicado em *Pactos Políticos* (1985): 13-46.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1985) *Pactos Políticos: do Populismo à Redemocratização*. São Paulo, Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1986) *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1987) "Mudanças no Padrão de Financiamento dos Investimentos no Brasil". *Revista de Economia Política*, 7(4) outubro 1987: 5-22
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1989) "O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal". *Revista de Economia Política*, 9(3) julho 1989: 115-130.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1991a) "A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?". *Pesquisa e Planejamento Econômico* 21(1), abril 1991: 3-23
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1991b) *A Crise do Estado*. São Paulo: Editora Nobel.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1992) "Contra a Corrente: A Experiência no Ministério da Fazenda". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº19, julho 1992: 05-30.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1996) *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1997a) "As Três Formas de Desvalorização Cambial" (1997). *Revista de Economia Política* 17(1), janeiro 1997: 143-146.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1997b) "Cidadania e *Res Publica*: A Emergência dos Direitos Republicanos". *Revista de Filosofia Política - Nova Série*, vol.1, 1997 (Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Filosofia).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1998) *Reforma do Estado para a Cidadania*. São Paulo: Editora 34.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1999a) "A Turning Point in the Debt Crisis". *Revista de Economia Política*, 19(2) abril 1999: 103-120.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1999b) "Reflexões sobre a Reforma Gerencial Brasileira de 1995". *Revista do Serviço Público*, 50(4), 1999.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2001) "Self-Interest and Incompetence". *Journal of Post Keynesian Economics* 23(3), primavera de 2001: 363-373.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Sylvio Luiz Bresser-Pereira (1964) "A Inflação e os Lucros da Empresa". *Revista de Administração de Empresas*, 4(10), março 1964. 69-89.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1983) "Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação". *Anais do X Encontro Nacional de Economia*, Belém, ANPEC, dezembro 1983. Reproduzido em *Revista de Economia Política*, 4(1), janeiro 1984: 5-21 e em *Inflação e Recessão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984: 56-75.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1984a) "Política Administrativa de Controle da Inflação". *Revista de Economia Política* 4(3), julho 1984: 105-125. Republicado em *Inflação e Recessão* (São Paulo: Brasiliense, 1984).76-101, e em *The Theory of Inertial Inflation*. Boulder, : Lynne Rienner, 1987: 83-107.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1984b) *Inflação e Recessão*. São Paulo, Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1986) "Inflação Inercial e Choque Heterodoxo no Brasil". In José Marcio Rego, org. (1986): 123-148.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1987) *The Theory of Inertial Inflation*, Boulder, Lynne Rienner Publishers.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1990) "Hiperinflação e Estabilização no Brasil: o Primeiro Plano Collor". *Revista de Economia Política* 11 (4), outubro 1991:89-104. Trabalho originalmente em inglês, apresentado ao Post Keynesian Workshop, Knoxville, Tennessee, junho 1990, e publicado in Paul Davidson e Jan Kregel
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (2002a) "Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade". *Revista de Economia Política*, 21(2) julho 2002: 146-177.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (2002b) "Economic Growth with Foreign Savings?" Trabalho apresentado ao Seventh International Post Keynesian Workshop, "Fighting Recession in a Globalized World: Problems of Developed and Developing Countries". Kansas City, Missouri, 30 junho 2002.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos, José María Maravall e Adam Przeworski (1996) *Reformas Econômicas em Novas Democracias*. São Paulo: Editora Nobel, 1996. Publicado originalmente em inglês, 1993.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos, org. (1991c) *Populismo Econômico*. São Paulo: Nobel, 1991.
- Buarque de Holanda, Sérgio (1936-69) *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. Primeira edição, 1936; quinta edição, texto definitivo, 1969 (desconsideradas reimpressões com denominação de "edição"). Camargo, Aspásia (1990) "As Duas Faces de Jânus: os Paradoxos da Modernidade Incompleta". In João Paulo Reis Velloso, ed. (1990).
- Campos, Roberto (1979) "Como Administrar a Transição". *Folha de S. Paulo*, 1 de janeiro.
- Canitrot, Adolfo (1975) "A Experiência Populista de Redistribuição de Renda". In Bresser-Pereira, org. (1991) *Populismo Econômico*. São Paulo: Editora Nobel. Originalmente publicado em *Desarrollo Económico*, n. 15, outubro 1975.
- Canitrot, Adolfo (1981) "Teoría y Práctica del Liberalismo: Política Antiinflacionaria y Apertura Económica en Argentina", em *Desarrollo Económico*, vol. 21, n.º 82, julho-setembro.

- Cardoso, Eliana (1988a) "O Processo Inflacionário no Brasil e suas Relações com o Déficit e a Dívida do Setor Público", em *Revista de Economia Política*, vol.8, no.2, abril 1988: 5-20.
- Cardoso, Eliana (1988b) "Seignorage and Repression: Monetary Rhythms of Latin America". Trabalho apresentado ao XIV International Congress of the Latin American Studies Association, Nova Orleans, março 1988.
- Cardoso, F.H. and E. Faletto (1969) *Dependencia y desarrollo en America Latina: Ensayo de Interpretation Sociológica*". Mexico: Siglo Veinteuno Editores.
- Cardoso, Fernando Henrique (1979) "A Fronda Conservadora", em *Folha de S. Paulo*, 21 de janeiro.
- Carneiro, D.D. e Werneck, R.F. (1990) "Dívida Externa, Crescimento Econômico e Ajustamento Fiscal". *Pesquisa e Planejamento Econômico* 20(1):1-20, abril 1990.
- Carvalho, José Murilo de (1980) *A Construção da Ordem*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Carvalho, José Murilo de (1987) *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. São Paulo: Companhia das Letras, terceira edição, 1998.
- Castro, Antônio Barros de e F. E. Pires de Souza (1985) *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Centro de Investigaciones Económicas y Políticas Pátria Grande (1981) "Argentina 1976-1980: El Modelo Neoliberal de la Oligarquía". *Investigación Económica*, n.º 156, abril, México.
- CEPAL (1949) *Survey of Latin America*, Santiago.
- CEPAL (1963a) *Estudio Económico de America Latina*, Santiago.
- CEPAL (1963b) *La Industria de Máquinas-Herramientas del Brasil – Elementos para la Programación de su Desarrollo*, janeiro, Santiago.
- CEPAL-BNDE, Grupo Misto (1957) *Análise e Proteção do Desenvolvimento Econômico*, Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- CLAD (1998) *Uma Nova Gestão Pública para a América Latina*. Caracas: CLAD - Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. Documento em

espanhol, português e inglês preparado pelo Conselho Científico e aprovado pelo Conselho Diretor do CLAD, 14 de outubro, 1998.

- Cline, William R. (1988) "Dívida Internacional: Progresso e Estratégia", em *Finanças & Desenvolvimento*, Washington, FMI e Banco Mundial, vol.8, no.2, junho 1988.
- Coakley, J., F. Kulasi, e R. Smith (1996) "Current Account Solvency and the Feldstein-Horioka Puzzle", *The Economic Journal*, 106, 1996: 620-627. Citado em Rocha e Zerbini (2002).
- Cohen, Daniel (1993) "Low Investment and Large LDC Debt in the 1980's", *The American Economic Review*, 83(3), June 1993: 437-449.
- D'Araujo, Maria Celina (2000) *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Dall'Acqua, Fernando M. e Luiz Bresser-Pereira (1987) "A Composição Financeira do Déficit Público", em *Revista de Economia Política*, vol.7, no.2, abril 1988: 54-65.
- Davidson, Paul e J. Kregel, orgs. (1990) *Economic Problems of the 1990s*. London: Edward Elgar, 1991. Papers presented to the Third International Post Keynesian Workshop, Knoxville, Tennessee, June 1990.
- Delfim Netto, Antônio (1964) "Nota sobre Alguns Aspectos do Problema Agrário", em *Temas e Problemas*, 1º caderno.
- Delfim Netto, Antônio (1967) "Discurso no Clube da ADECIF", em *O Estado de S. Paulo*, 9 de junho.
- Delfim Netto, Antônio e Affonso Celso Pastore, Pedro Cipollari e Eduardo Pereira de Carvalho (1965) *Alguns Aspectos da Inflação Brasileira e suas Perspectivas para 1965*. São Paulo, Estudos ANPES n.º 1.
- Diniz, Eli (1978) *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Doellinger, Carlos Von (1982) "Estatização, Finanças Públicas e Implicações", em *O Estado de S. Paulo*, de 7 a 23 de fevereiro.
- Dornbusch, Rudiger (1988) "As Dívidas dos Países em Desenvolvimento". *Revista de Economia Política*, 8(1) janeiro 1988: 14-49.
- Drucker, Peter F.(1949) *The New Society*. Nova York: Harper & Brothers.

- Dunleavy, P. and B. O’Leary (1987) *Theories of the State*. Nova York: The Meredith Press.
- Evans, Peter (1979) *The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press.
- Faoro, Raymundo (1957/75) *Os Donos do Poder*, segunda edição. Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Primeira edição, 1957; segunda edição revista, 1975.
- Feldstein, Martin (1995) “Global Capital Flows: Too Little, Not Too Much”. *The Economist*, 30 de junho de 1995.
- Feldstein, Martin e C. Horioka (1980) “Domestic Savings and International Capital Flows”. *Economic Journal*, 90(358), junho 1980: 314-329.
- Fernandes, Florestan (1985) *Nova República?*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Fraga Neto, Armínio e André Lara Resende (1985) "O Déficit Público: um Modelo Simples", em *Revista de Economia Política*, vol. 5, no.4, outubro 1985: 37-66.
- Frenkel, Roberto e Guillermo Rozenwurcel (1988) "Restricion Externa y Generacion de Recursos para el Crecimiento en America Latina". Trabalho apresentado à conferência *Beyond the Debt Crisis: Latin America Strategies for the 90s*, Caracas, 28 a 30 de junho de 1988 (cópia).
- Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais (1963) “Arrecadação Tributária, Salários e Ordenados na Administração Pública – 1947/52”, em *Revista Brasileira de Economia*, ano XVII, n.º 1, março.
- Furtado, Celso (1959) *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1964). *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1966) *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Furtado, Celso (1968) *Um Projeto para o Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Saga.

- Gelner, Ernest (1983) *Nations and Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press.
- George, Susan (1988) "Global Economic Security and the Political Implications of the Debt", mimeo. Paper presented to the Seminar on International Security, South Magazine, Agosto 1988.
- Gill, Indermit S. (1998) "Some Determinants of Sustainable Public Administration Reform. Or, Why I am Optimistic about Administrative Reforms in Brazil". Brasília: Escritório do Banco Mundial em Brasília, novembro 1998. Trabalho preparado para o seminário patrocinado pelo Conselho Britânico, "Public Reform in Brazil and the British Technical Cooperation", Londres, 23 de novembro, 1998.
- Góes, Walder de (1987) "A Conjuntura Sócio-Política e seus Desdobramentos Alternativos", Brasília, mimeo, setembro 1987.
- Gordon, R. H. e A. L. Bovenberg (1996) "Why Capital is so Mobile Internationally? Possible Explanations and Implications for Capital Income Taxation". *American Economic Review*, 86(5), dezembro 1996: 1057-75.
- Gouvêa, Gilda Portugal (1994) *Burocracia e Elites Dominantes do País*. São Paulo: Paulicéia.
- Governo do Estado de Pernambuco (2000) *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Recife: Comissão Diretora de Reforma de Estado, janeiro 2000.
- Graham, Lawrence S. (1968) *Civil Service Reform in Brazil*. Austin: University of Texas Press.
- Guerreiro Ramos, Alberto (1971) "A Nova Ignorância e o Futuro da Administração Pública na América Latina". *Revista de Administração Pública*, 4(2), julho 1970.
- Hirschman, Albert O. (1991) *The Rhetoric of Reaction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hochman, Gilberto (1992) "Os Cardeais da Previdência Social: Gênese e Consolidação de uma Elite Burocrática". *Dados*, 35(3), 1992.
- Jaguaribe, Hélio (1958) *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB.
- Jaguaribe, Hélio (1962) *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

- King, Mervyn (1992) "Growth and Distribution". *European Economic Review*, 36(2/3) abril 1992: 585-92.
- Kingston, Lúcia Sílvia (1969) "A Produtividade da Agricultura no Brasil", em *Revista Brasileira de Economia*, 23 (2), abril-junho.
- Krischke, Paulo J., org. (1982) *Brasil, do Milagre à Abertura*, São Paulo, Cortez Editora.
- Kucinski, Bernardo (1982) *Abertura, a História de uma Crise*. São Paulo, Editora Brasil Debates.
- Lambert, Jacques (1953) *Le Brésil, Structure Sociale et Institutions Politiques*, Paris, Colin.
- Lamounier, Bolivar e Jorge Eduardo Faria (1981) *Futuro da Abertura: Um Debate*. São Paulo: Editora IDESP.
- Lara Resende, André (1984) "A Moeda Indexada: uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial". *Gazeta Mercantil*, September 26, 27, 28, 1984.
- Lemgruber, Antonio Carlos (1981) "As Recessões de Crescimento no Brasil", em *Conjuntura Econômica*, vol. 35, n.º 4.
- Lessa, Renato (1999) *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Levitas, Ruth, org. (1986) *The Ideology of the New Right*. Cambridge: Polity Press.
- Lewis, Arthur W. (1954) "Economic Development with Unlimited Supply of Labor". In Agarwala e Singh, orgs., *The Economics of Underdevelopment*. Nova York: Oxford University Press, 1958. Trabalho originalmente publicado em 1954.
- Lopes, Francisco L. (1984a) "Só um Choque Heterodoxo pode derrubar a Inflação". *Economia em Perspectiva* (Boletim do Conselho Regional de Economia de São Paulo), agosto 1984.
- Lopes, Francisco L. (1984b) "Inflação inercial, hiperinflação e desinflação". *Revista da ANPEC*, no.7, December 1984.
- Lundberg, Eduardo Luiz (1986) "O Desequilíbrio Financeiro do Setor Público – Restrição Externa, Restrição Orçamentária e Restrição Monetária – uma Nota", em *Estudos Econômicos*, vol.16, no.2, maio 1986.

- Maddison, Angus (1988) "Brasil Tem o Crescimento Mais Rápido do PIB desde 1870".  
*Folha de S. Paulo*, 27 de outubro de 1988: B-6.
- Mannheim, Karl (1956) *Ideologia e Utopia*. Porto Alegre: Editora Globo. Original alemão: *Ideologie und Utopie*.
- Mantega, Guido (1984) *A Economia Política Brasileira*. São Paulo e Petrópolis: Livraria e Editora Polis e Editora Vozes.
- Maravall, José María (1996) "Política e Políticas: Reformas Econômicas na Europa Meridional". In Bresser-Pereira, Maravall e Przeworski (1996): 83-132.
- Martins, Luciano (1976) *Pouvoir et Développement Economique*. Paris: Editions Anthropos.
- Martins, Luciano (1985) *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Martins, Luciano (1995) *Reforma da Administração Pública e Cultura Política no Brasil: Uma Visão Geral*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, Cadernos ENAP no.8, 1995.
- Marx, Karl (1867) *O Capital – Livro I*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 (primeira edição alemã, 1868).
- Mello, Evaldo Cabral de (1998) "Posfácio" a Joaquim Nabuco (1897/99), 5ª. Edição.
- Mello, João Manoel C. e Luiz G. M. Belluzzo (1977) "Reflexões sobre a Crise Atual", em *Escrita Ensaio*, ano 1, n.º 2, 1977.
- Melo, Marcus André (1998) "A Política da Reforma do Estado no Brasil: *Issue Areas* e Processo Decisório da Reforma Previdenciária, Administrativa e Tributária". Trabalho apresentado ao seminário "The Political Economy of Administrative Reform in Developing Countries", CIDE/Northwestern University, Cidade do México, 5-6 junho 1998.
- Merkin, Gerald (1982) "Para uma Teoria da Inflação Alemã: Algumas Observações Preliminares". In José M. Rego, org. (1986), *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado*. São Paulo: Paz e Terra. Originalmente publicado in Feldman, Holtfreisch, Ritter and Witt, orgs. (1982) *The German Inflation*. Berlin: Walter de Guyter.

- Mills, C. Wright (1953) *White Collar*. Nova York, Oxford University Press.
- Ministério da Fazenda (1987) *Plano de Controle Macroeconômico*. Brasília: Ministério da Fazenda, julho de 1987.
- Ministério da Fazenda (2003) “Política Econômica e Reformas Estruturais”. Brasília: Ministério da Fazenda, abril de 2003.
- Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (1962) *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965*.
- Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (1964) *Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966*, Documentos EPEA n.º 1.
- Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (1967) *Diretrizes do Governo – Programa Estratégico de Desenvolvimento*, julho. Moisés, José Álvaro (1995) *Os Brasileiros e a Democracia: Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática*. São Paulo: Editora Ática.
- Morley, Samuel A. e Gordon W. Smith (1971) “The Effect of Changes in the Distribution of Income on Labor, Foreign Investment, and Growth in Brazil”. Price University, Texas Program of Development Studies, Paper n.º 15, Texas, Houston, Houston Price University.
- Motta, Fernando Prestes (1979) *Empresários e Hegemonia Política*, São Paulo, Brasiliense.
- Moura da Silva, Adroaldo e outros (1983) *FMI x Brasil: a Armadilha da Recessão*. São Paulo: Gazeta Mercantil.
- Nabuco, Joaquim (1897/99) *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 5ª. Edição, 1998. Primeira edição, 1897/1899.
- Nakano, Yoshiaki (1982) “Recessão e Inflação”. *Revista de Economia Política* 2(2), abril 1982: 133-137.
- Nakano, Yoshiaki (1989) “Da Inércia Inflacionária à Hiperinflação”. In Rego, J.M., org. (1989) *A Aceleração Recente da Inflação*. São Paulo: Editora Bial.
- Nogueira Batista Jr., Paulo (1987) "Formação de Capital e Transferência de Recursos ao Exterior", em *Revista de Economia Política*, vol.7, no.1, janeiro-março, 1987: 10-28.

- North, Douglass C. (1990) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Noyola-Vasquez, J. (1956) “El Desarrollo Económico y la Inflación en Mexico y Otros Países Latinoamericanos”. *Investigaciones Económicas* 16, n. 14, 1956: 606-48.
- Nunes, Edson de Oliveira (1984) *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro e Brasília: Zahar Editores e Escola Nacional de Administração, 1997. Tese de doutoramento: *Bureaucratic Insulation and Clientelism in Contemporary Brazil: Uneven State Building and the Taming of Modernity*. Universidade de Berkeley, Departamento de Ciência Política, 1984.
- Nurkse, Ragnar (1953) *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*. Oxford: Basil Blackwell.
- O'Donnell, Guillermo (1973) *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism: Studies in South American Politics*. Berkeley: Institute of International Studies of the University of California, Berkeley, Modernization Series n.9.
- Oliveira Lima, Luiz Antonio de (1982) “A Atual Política Econômica e os Descaminhos do Monetarismo”, em *Revista de Economia Política*, vol. 2, n.º 1, janeiro-março:139-151.
- Oliveira, Francisco de e Frederico Mazuchelli (1977) “Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil”, em Francisco de Oliveira, *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- Osborne, David e Ted Gaebler (1992) *Reinventing Government*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- Özkirimli, Umut (2000) *Theories of Nationalism*. Nova York: St. Martin's Press.
- Pastore, Affonso Celso (1994) “Reforma Monetária, Inércia e Estabilização”. Universidade de São Paulo, Departamento de Economia, mimeo, maio 1994. Pattillo, C., H. Poirson e L. Ricci (2002) “External Debt and Growth”, *IMF Working Paper*, no. 02/69. Paula, Luiz Fernando R. e Antônio J. Alves Jr. (1999) “Fragilidade Financeira Externa e os Limites da Política Cambial”. *Revista de Economia Política*, 19(1) janeiro 1999:72-93.
- Pazos, Felipe (1972) *Chronic Inflation in Latin America*. Nova York: Praeger Publishers.

- Petrucci, Vera e Leticia Schwarz, orgs. (1999) *Administração Pública Gerencial: A Reforma de 1995*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Prado Jr., Caio (1945) *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 4ª edição, 1956 (primeira edição, 1945).
- Ramos, Alberto Guerreiro (1961) *A Crise do Poder no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Rangel, Ignácio (1963) *A Inflação Brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 3ª edição com posfácio e subseqüentes: São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.
- Rego, José Márcio, org. (1986) *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- Rocha, Fabiana e Maria Beatriz Zerbini (2002) "Using Panel Structure to Discuss the Feldstein-Horioka Puzzle in Developing Countries". São Paulo: Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP, maio 2002. Cópia.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1990) *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Editora Ática.
- Rodrik, Dani (1998) "Who Needs Capital – Account Convertibility?", in *Essays in International Finance*, 207. Princeton University.
- Roett, Riordan (1988) "Latin America's Debt: Problems and Prospects". *Brazilian-American Business Review/Directory*, da Brazilian-American Chamber of Commerce. Washington, abril 1988.
- Rossi, José W. (1987) "A Dívida Pública no Brasil e a Aritmética da Instabilidade", em *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol.17, no.2, agosto 1987.
- Sachs, Jeffrey (1987) "Política Comercial e Cambial em Programas de Ajustamento Voltados para o Crescimento", em *Revista de Economia Política*, vol.8, no.2, abril 1988 (versão original em inglês, 1987).
- Sachs, Jeffrey e Andrew Berg (1988) "The Debt Crisis: Structural Explanations of Country Performance". *NBER Working Paper* n°.2607, junho 1988.
- Salama, Pierre (1989) *Dollarisation e Desindustrialisation? Les Effects Pervers des Politiques d'Ajustement*.

- Santos, Wanderley Guilherme dos (1985) "A Pós-revolução Brasileira". In Hélio Jaguaribe et al., *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- Santos, Wanderley Guilherme dos (1993) *As Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Sargent, Thomas J. (1982) "Os finais de quatro hiperinflações". In José M. Rego, org. (1986), *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado*. São Paulo: Paz e Terra. Originalmente publicado em inglês, in Robert E. Hall, org., (1982) *Inflation: Causes and Effects*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Schneider, Ben Ross (1991) *Bureaucracy and Industrial Policy in Brazil*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press. Em português *Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1994.
- Schwartzman, Simon (1963) "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", Estudo Crítico, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.III (1) março.
- Simonsen, Mario H. e Cysne, Rubens P. (1995), *Macroeconomia*. São Paulo: Editora Atlas.
- Simonsen, Mário Henrique (1970) *Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque*. Rio de Janeiro, ANPEC.
- Singer, Paul (1973) "As Contradições do Milagre", em *Estudos CEBRAP*, n.º 6, out-dez.
- Sinn, S. (1992) "Saving-investment Correlations and Capital Mobility: On the Evidence from Annual Data". *Economic Journal*, setembro, 1992, n.º.102: 1162-1170. Citado em Rocha and Zerbini (2002).
- Stein, Stanley J.(1957) *The Brazilian Cotton Manufacture*, Massachusetts, Harvard University Press.
- Sunkel, Oswaldo (1958) "La Inflación Chilena: Un Enfoque Heterodoxo". *El Trimestre Económico*, 25 (4) outubro 1958. Transcrito em Oswaldo Sunkel et al. (1967) *Inflación y Estructura Económica*. Buenos Aires: Paidós.
- Suplicy, Eduardo Matarazzo (1994) "A Renda Mínima Garantida como uma Proposta de Eliminar a Pobreza no Brasil". *Revista de Economia Política* 13(1), janeiro 1994.

- Tavares, Maria Conceição (1978) *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, Rio de Janeiro, FEA da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeo.
- Tavares, Maria Conceição e José Serra (1971) “Mas Allá del Estancamiento: Una Discusión sobre el Estilo de Desarrollo Reciente”. *El Trimestre Económico*, 33(152), outubro 1971. Publicado em português in Maria Conceição Tavares (1972).
- Tavares, Maria da Conceição (1963) “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil”. In M. C. Tavares (1972). Originalmente publicado em espanhol, 1963.
- Tavares, Maria da Conceição (1972) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Taylor, Frederic W. (1911) *The Principles of Scientific Management*, Nova York, Harper, 1ª edição.
- Taylor, John B. (1993) “Discretion versus Policy Rules in Practice”. *Carnegie-Rochester Series on Public Policies* 39: 195-214.
- Taylor, John B. (2001) “The Role of the Exchange Rate in Monetary-Policy Rules”, *American Economic Review*, 91(2), May 2001: 263-267.
- Therborn, Goran (1977) “The Rule of Capital and the Rise of Democracy”, em *New Left Review*, n.º 103, maio-junho.
- Tokeshi, Hércio (1991) *Indexação Informal, Probabilidade e Comportamento Convencional*. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Dissertação de Mestrado, agosto de 1991.
- Torre, Juan Carlos (1990) "El gobierno de la emergencia en la transición democrática: de Alfonsín a Menem". Buenos Aires: Instituto di Tella, 1990. Published in G. Urbani and R. Ricciu, orgs. (1991) *Dalle Armi alle Urne: Economia, Società e Politica nell'America Latina degli Anni Novanta*. Bologna: Il Mulino, 1991.
- Velloso, João Paulo Reis (1990) “Um País sem Projeto: a Crise Brasileira e a Modernização da Sociedade - Primeiras Idéias”. In João Paulo Reis Velloso, org. (1990).

- Velloso, João Paulo Reis, org. (1990) *A Crise Brasileira e a Modernização da Sociedade*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Velloso, João Paulo, Reis, org. (2000) *Brasil 500 anos. Futuro, Presente, Passado*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- Vergara, Pilar (1982) "Autoritarismo e Mudanças Estruturais no Chile". *Revista de Economia Política*, vol. 2, n? 3, julho-setembro: 77-110.
- Wahrlich, Beatriz Marques de Souza. (1970) "Uma Reforma da Administração de Pessoal Vinculada ao Processo de Desenvolvimento Nacional". *Revista de Administração Pública*, 4(1), janeiro 1970.
- Wahrlich, Beatriz Marques de Souza. (1983) *A Reforma Administrativa da Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Wahrlich, Beatriz Marques de Souza. (1984) "A Reforma Administrativa no Brasil: Experiência Anterior, Situação Atual e Perspectivas. Uma Apreciação Geral". *Revista de Administração Pública*, 18 (1), janeiro 1984.
- Weffort, Francisco C. (1984) *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense.
- Weisskopf, Thomaz E. (1978) "Marxist Perspectives on Cyclical Crisis". In Bruce Steinberg et al. orgs. (1978) *U.S. Capitalism in Crisis*. Nova York: The Union for Radical Political Economics.
- Werneck Sodré, Nelson (1958) *A Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- Werneck, Rogério Furquim (1983) "A Armadilha Financeira do Setor Público e as Empresas Estatais". In Adroaldo Moura da Silva e outros (1983).
- Werneck, Rogério Furquim (1987) *Empresas Estatais e Política Macroeconômica*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Whyte Jr., William H. (1956) *The Organization Man*, Nova York, Doubleday.
- Williamson, John (1990) "What Washington Means by Policy Reform": 7-38 e "The Progress of Policy Reform in Latin America": 353-420. In Williamson, John, org. (1990) *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*. Washington: Institute for International Economics. Barry, Norman P. (1987) *The New Right*. London: Croom Helm.